



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

ATA NÚMERO 253/XII/4.ª SL

16.junho.2015 – 15h00

Aos 16 dias do mês de junho de 2015, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 3, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**
- 2. Aprovação de ata**
- 3. Comunicações do Presidente**
- 4. Audiência à Federação Nacional de Professores - FENPROF sobre problemas de elevada complexidade que se colocaram às escolas de ensino artístico especializado.**
- 5. Audiência à Federação Nacional de Professores - FENPROF sobre a situação precária dos Leitores das Universidades Portuguesas.**
- 6. Petição n.º 499/XII/4.ª, da iniciativa de Vitor Cristiano Roque - “Denúncia sobre a gestão do Curso Profissional de Artes do Espetáculo do Externato Delfim Ferreira”.**
 - **Apreciação do relatório final e parecer**
 - **Deputada Relatora:** Gabriela Canavilhas – PS
- 7. Petição n.º 523/XII/4ª da iniciativa de Vânia Marisa Santos Azinheira que solicita Alteração das Metas Curriculares do 1º Ciclo.**
 - **Apreciação da nota de admissibilidade**
 - **Deputado Relator:** a indicar pelo BE
- 8. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Estratégia para o Mercado Único Digital na Europa - COM(2015) 192**
 - **Apreciação do parecer**
 - **Deputado Relator:** Pedro Delgado Alves - PS
- 9. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Plano de Ação da UE contra o tráfico de migrantes (2015 - 2020) COM (2015) 285.**
 - **Apreciação liminar.**
 - **Deputado autor do parecer:** PSD
- 10. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição da Diretora-Geral das Artes, sobre a dispensa de audição dos interessados no concurso a Apoio Direto Anual e Bienal 2015/2016**
 - **Apreciação e votação**
- 11. Projeto de Lei n.º 889/XII/4.ª (PSD e CDS-PP),** Procede à segunda alteração à Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto, alterada pela Lei n.º 33/2014, de 16 de junho, que aprova a Lei Antidopagem no Desporto, adotando na ordem jurídica interna as regras estabelecidas no Código Mundial Antidopagem.

- **Discussão na especialidade**

12. Projeto de Resolução n.º 1485/XII, do PCP, Propõe o prolongamento do regime transitório para a conclusão da obtenção do grau de doutor e contratação efetiva com vínculo público dos docentes do ensino superior público.

- **Discussão**

13. Projeto de Resolução 1512/XII do BE, Prorrogação do período transitório previsto no estatuto da carreira docente do ensino superior universitário e politécnico, garantindo condições para a conclusão dos doutoramentos e corrigindo injustiças.

- **Discussão**

14. Projeto de Resolução 1521/XII do PS, Recomenda ao Governo a adoção de medidas que assegurem a equidade na aplicação dos regimes transitórios dos estatutos das carreiras docentes do ensino superior público.

- **Discussão**

15. Projeto de Resolução 1527/XII do PSD e CDS-PPP Recomenda ao Governo a tomada de medidas relacionadas com a aplicação das disposições transitórias do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico

- **Discussão**

16. Projeto de Resolução n.º 1497/XII, do PCP, Pela valorização do ensino profissional e garantia da igualdade de oportunidades a todos os estudantes.

- **Discussão**

17. Projeto de Resolução n.º 1507/XII, do BE, Recusa a concessão das Pousadas da Juventude.

- **Discussão**

18. Projeto de Resolução n.º 1524/XII, do PS Recomenda ao Governo a suspensão dos processos de concessão das Pousadas da Juventude e a manutenção da atual Rede Nacional de Pousadas de Juventude

- **Discussão**

19. Projeto de Resolução n.º 1509/XII, do PCP, Recomenda ao Governo que assegure a gestão pública das Pousadas da Juventude.

- **Discussão**

20. Projeto de Resolução n.º 1453/XII/4ª – PSD e CDS-PP, Institui o Dia Nacional da Gastronomia.

- **Discussão**

21. Projeto de Resolução n.º 1520/XII/4ª do PS, Instituição do Dia da Gastronomia Portuguesa

- **Discussão**

22. Projeto de Resolução n.º 1529/XII do PCP, Propõe o financiamento às escolas do Ensino Artístico Especializado de música e de dança em condições que assegurem a sua estabilidade e um ensino de qualidade

- **Discussão**

23. Outros assuntos

24. Data da próxima reunião

23 de junho de 2015

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

Devido à ausência do Sr. Presidente da Comissão, a reunião foi presidida pela Sra. Vice-Presidente, Deputada Nilza de Sena.

Por consenso dos Grupos Parlamentares, foi adiado o ponto 11 da Ordem do Dia - Discussão e votação na especialidade do *Projeto de Lei n.º 889/XII/4.ª (PSD e CDS-PP), Procedê à segunda alteração à Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto, alterada pela Lei n.º 33/2014, de 16 de junho, que aprova a Lei Antidopagem no Desporto*, adotando na ordem jurídica interna as regras estabelecidas no Código Mundial Antidopagem - e foi agendada nova reunião da Comissão para o dia 18 de junho, às 14h00, após a votação indiciária efetuada no Grupo de Trabalho do Desporto.

Com esta alteração, a Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

2. Aprovação de ata

A ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

3. Comunicações do Presidente

- 3.1. A Sra. Presidente transmitiu que foi rececionado um pedido de audiência da CONTEMPORANEUS – Associação para a Promoção da Arte Contemporânea, para exposição das irregularidades no concurso Apoio Direto Anual e Bienal 2015/2016 (área da música) promovido pela DGARTES. A audiência será agendada por um Deputado a indicar pelo PSD, numa reunião aberta a todos os Deputados.

A Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS) lamentou, uma vez mais, que tenha sido inviabilizada a audição do Secretário de Estado da Cultura, para prestar esclarecimentos especificamente sobre estas matérias, sublinhando que a situação é muito complexa para esta e outras instituições. Sugeriu ainda que a audiência à CONTEMPORANEUS seja agendada para plenário da Comissão.

A Sra. Deputada Isilda Aguincha (PSD) considerou que este pedido deverá seguir as regras adotadas pela Comissão, no que se refere ao processo de audiências, lembrando que se trata de uma reunião aberta à participação dos Srs. Deputados, pelo que poderão participar todos os que assim entenderem.

- 3.2. Por solicitação do PCP, a apreciação do relatório da audiência concedida à ANESPO - Associação Nacional de Escolas Profissionais - foi adiada para a reunião seguinte da Comissão.

4. Audiência à Federação Nacional de Professores - FENPROF sobre problemas de elevada complexidade que se colocaram às escolas de ensino artístico especializado.

A Sra. Presidente apresentou as boas-vindas aos representantes da FENPROF - Professores Mário Nogueira (Secretário-Geral), Graça Sousa, Susana Batoca, Rui Nabais, Rui Paiva, Catarina Sousa, Nuno Bettencourt, Pedro Rovira e António Tíli – que expuseram as questões que justificaram o pedido de audiência.

Após um breve enquadramento, com referência às reformas de que tem sido alvo o ensino artístico especializado e aos problemas com que se tem deparado, em especial no presente ano letivo, apresentaram as suas preocupações relativamente às informações veiculadas pela AEEP – Associação dos Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo -, sobre as intenções do Governo de proceder a alterações significativas, em particular no que diz respeito a:

- Redução do número de três escalões para apenas um escalão de financiamento, sendo que as habilitações e o tempo de serviço do corpo docente não serão tidos em conta;
- Redução do valor custo/aluno para os regimes articulados dos cursos básico e secundário das escolas de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve;
- Fim do financiamento aos alunos que frequentam o regime supletivo;
- Incerteza sobre o financiamento de todas as escolas da rede atual;
- Regulamentação do acesso de novos operadores ao ensino artístico especializado, em detrimento das escolas já existentes.

Apresentaram ainda um conjunto de propostas, que podem ser consultadas no documento entregue e que se encontra disponível na [página internet da Comissão](#).

Interveio, de seguida, a Sra. Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD), que disse desconhecer a proposta do Governo a que se referiram e lembrou que o PSD tem tido uma preocupação relativamente a este setor, tendo feito aprovar uma recomendação que visa criar a estabilidade dos pagamentos. Questionou sobre as escolas que têm reembolsos em atraso e terminou, afirmando que considera o ensino artístico essencial para a formação dos indivíduos e do futuro da nossa sociedade.

A Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS) manifestou a sua solidariedade relativamente às reivindicações apresentadas e questionou também os presentes sobre o número de escolas com reembolsos em atraso. Manifestou a sua estranheza face às regras que o Governo pretende introduzir, considerando que o ensino artístico é fundamental para a formação global das crianças e dos jovens, e perguntou se o Governo indicou alguma data para apresentação das candidaturas.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu-se aos atrasos nos pagamentos, afirmando dispor de informação de que se registavam apenas em duas situações: no caso de atrasos na apresentação de documentação e em situação de maior confluência de pedidos na mesma data. Considerou que devem insistir na manutenção do financiamento para o regime supletivo e terminou, fazendo referência ao aumento da rede, defendendo o controlo dos excessos e a racionalização do dinheiro transferido para as escolas. Pediu ainda a posição da FENPROF relativamente à proposta apresentada neste âmbito, nomeadamente de criação de uma escola por capital de distrito.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) considerou grave a proposta apresentada pelo Governo e lamentou que não tenha recolhido contributos das entidades do setor. Referiu que o PCP apresentou um Projeto de Resolução sobre esta matéria, cuja discussão se encontra agendada para aquele dia, e sublinhou que o ensino artístico responde à inexistência de uma rede pública em muitas zonas do país. Terminou, dizendo esperar que o Governo possa recuar e defendendo que o financiamento deve ter em conta o tempo de serviço dos professores e o regime supletivo.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) considerou que o pedido de audiência constitui um alerta para a possibilidade de despedimento de cerca de 25% dos professores do ensino artístico especializado e lamentou que não tenha sido possível um diálogo com o Governo sobre estas matérias, dado o secretismo do processo. Concluiu, entendendo que o que se pretende é afastar estas escolas dos financiamentos do POCH, em troca de uma diminuição do financiamento.

Respondendo às questões dos Srs. Deputados, os representantes da FENPROF reafirmaram que tiveram conhecimento das propostas de alteração através da AEEP e da Ensemble e lembraram que a carga letiva nas escolas de ensino artístico é cerca de 17% superior à das escolas com contrato de associação. Consideraram ainda inaceitável que o financiamento não tenha em consideração as habilitações dos professores e ainda o fim do financiamento aos alunos em regime supletivo.

Consideraram que todas estas alterações tiveram por base questões financeiras e que existe uma enorme assimetria relativamente às zonas de convergência. Afirmaram que os atrasos registados no presente ano letivo, que atingiram, nalguns casos 5 e 6 meses, provocaram a asfixia das instituições, mesmo no que se refere ao ensino profissional.

O Sr. Professor Mário Nogueira terminou, manifestando a sua preocupação relativamente à falta de definição para o próximo ano letivo, e esclareceu que o Grupo de Trabalho criado pelo Ministério da Educação e Ciência, neste âmbito, terminou já o seu trabalho. Defendeu uma rede de escolas públicas nas capitais de distrito e no interior, entendendo que só assim é que as famílias podem concretizar o seu direito à liberdade de escolha.

A documentação da audiência, incluindo as gravações áudio e vídeo, encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

5. Audiência à Federação Nacional de Professores - FENPROF sobre a situação precária dos Leitores das Universidades Portuguesas.

A Sra. Presidente apresentou as boas-vindas aos representantes da FENPROF - Professores Mário Nogueira (Secretário-Geral), António Fernandes de Matos, Cláudia Ferreira, Ana Cao e Hernâni Mergulhão – que expuseram as questões que justificaram o pedido de audiência.

Após um breve enquadramento da função dos leitores, referiram que existem 116 leitores em Portugal, sendo que 36% terão entre 15 e 30 anos de serviço nestas funções, sendo a maioria detentora de doutoramento. Afirmaram ainda que estes docentes não exercem, exclusivamente, as funções de lecionação, como previsto no Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), mas todas as outras exercidas pelos professores auxiliares. Para além da docência e investigação, exercem cargos de natureza científica e pedagógica, pelo que consideram que deverão ter o mínimo de estabilidade de emprego.

Assim, propõem uma alteração ao ECDU, nomeadamente no que se refere ao artigo 33.º, de forma a prever a possibilidade de as pessoas que deram mostras, durante anos, de suprir necessidades permanentes das instituições poderem ser vinculadas.

Interveio, de seguida, a Sra. Deputada Maria José Castelo Branco (PSD), que afirmou que é necessário fazer algo para ajustar o ECDU à realidade, isto é, regular e estabelecer regras para que os leitores exerçam as funções para que são contratados.

O Sr. Deputado Carlos Enes (PS) lembrou que este é um problema que se arrasta há anos e que as medidas que têm vindo a ser tomadas não resolveram a situação dos leitores. Perguntou se as outras funções atribuídas são para preencher a carga horária e, relativamente à proposta de alteração do artigo 33.º, questionou sobre a forma como se pode manter o estatuto do leitor.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) colocou algumas questões, nomeadamente sobre se entendem que, entrando na carreira, na função de auxiliar, assumiriam com naturalidade essas

funções e ainda sobre a possibilidade que existe atualmente de serem recontratados pelas instituições, através de contrato a termo completo.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) considerou que está em causa, de uma forma sub-reptícia, a não contratação destes professores, entendendo que existe uma dupla responsabilidade da tutela: por um lado aproveita estes profissionais altamente qualificados, sem que lhes permita a vinculação e, por outro, suprime, desta forma, necessidades permanentes do sistema. Terminou, afirmando que as instituições não vivem sem leitores, verificando-se, no entanto, precariedade e desvalorização desta carreira.

O Sr. Deputado José Soeiro (BE) defendeu a necessidade de abrir um processo de regularização dos docentes do ensino superior em situação de precariedade e que desempenham tarefas fundamentais para as instituições, muitas das vezes para além das suas atribuições. Fez ainda referência à discussão, naquela reunião da Comissão, de um conjunto de Projetos de Resolução sobre as disposições transitórias do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior e lembrou ainda a necessidade de dar cumprimento à Diretiva Europeia 1999/70.

Os representantes da FENPROF reafirmaram que os leitores desempenham funções durante anos, muitas das vezes as mesmas que os professores auxiliares e preenchem necessidades permanentes das universidades nas quais trabalham. Chamaram a atenção para o facto de os professores que iniciaram funções há vários anos não conhecerem as condições que agora se impõem, entendendo que é de elementar justiça que tenham as mesmas oportunidades que aqueles que foram vinculados na carreira.

Esclareceram que o desempenho de outras funções, para além da docência, constitui um processo natural, sem que haja regalias financeiras nem redução de horário e lamentaram que se desperdicem qualificações. Reivindicam uma forma de vinculação e lembram que se trata de um número relativamente pequeno de leitores, o que representa um baixo peso no orçamento.

A documentação da audiência, incluindo as gravações áudio e vídeo, encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

6. Petição n.º 499/XII/4.ª da iniciativa de Vitor Cristiano Roque - “Denúncia sobre a gestão do Curso Profissional de Artes do Espetáculo do Externato Delfim Ferreira”.

A Sra. Deputada Gabriela Canavilhas (PS) apresentou o relatório, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

7. Petição n.º 523/XII/4ª da iniciativa de Vânia Marisa Santos Azinheira que solicita Alteração das Metas Curriculares do 1º Ciclo.

A petição foi admitida por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV. Cabe ao BE a indicação do relator.

8. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Estratégia para o Mercado Único Digital na Europa - COM(2015) 192

O Sr. Deputado Pedro delgado Alves (PS) apresentou o parecer.

Interveio, de seguida, o Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP), que saudou o relator pela elaboração do parecer e bem assim a Comissão Europeia, por ter permitido, com este Direta, a melhoria do acesso para todos os consumidores e empresas, nomeadamente no que diz respeito à prevenção de bloqueios geográficos injustificados.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

O Sr. Deputado Duarte Marques (PSD) lembrou que esta Diretiva corresponde à concretização de uma promessa e a um avanço positivo na proteção dos consumidores e na transparência, sendo fundamental para a criação de algum tipo de normalização entre os países.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) anunciou a abstenção do PCP, esclarecendo que a Diretiva levanta sérias dúvidas, do ponto de vista político, quanto ao seu impacto, nomeadamente no que se refere ao agravamento das desigualdades e divergências.

Submetido a votação, o parecer foi aprovado, com os votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP e BE e a abstenção do PCP, registando-se a ausência do PEV.

9. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Plano de Ação da UE contra o tráfico de migrantes (2015 - 2020) **COM (2015) 285.**

Por proposta da Sra. Deputada Isilda Aguincha (PSD), a Comissão deliberou não efetuar escrutínio da iniciativa.

10. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição da Diretora-Geral das Artes, sobre a dispensa de audição dos interessados no concurso a Apoio Direto Anual e Bienal 2015/2016

O Sr. Deputado José Soeiro (BE) apresentou o requerimento, chamando a atenção para o facto de terem sido recebidos vários alertas e denúncias sobre esta matéria.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) afirmou que é o Secretário de Estado da Cultura que deve responder politicamente perante a Comissão, pelo que os esclarecimentos deverão ser obtidos na audição da próxima semana.

A Sra. Deputada Conceição Pereira (PSD) afirmou que, sendo o Secretário de Estado o responsável máximo da área da Cultura, é a ele que devem ser dirigidas as questões, na audição agendada para o dia 23 de junho.

A Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS) manifestou o seu apoio ao requerimento do BE e disse estranhar o modo de funcionamento da Comissão, por ser a única no Parlamento que ouve apenas os responsáveis máximos.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) afirmou que o PCP acompanha a necessidade de esclarecimento sobre esta questão, pelo que anunciou o seu voto favorável.

O Sr. Deputado José Soeiro (BE) lembrou que a Direção-Geral das Artes dispensou a audiência prévia, alegando falta de tempo, pelo que disse estranhar que o fator tempo não seja importante para esta Comissão. Terminou, defendendo que o Parlamento deveria ter intervindo em devido tempo, permitindo o esclarecimento às estruturas, quando elas dele precisavam.

Submetido a votação, o requerimento foi rejeitado, com os votos contra do PSD e CDS-PP e os votos a favor do PS, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

11. Projeto de Lei n.º 889/XII/4.ª (PSD e CDS-PP), Procede à segunda alteração à Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto, alterada pela Lei n.º 33/2014, de 16 de junho, que aprova a Lei Antidopagem no Desporto, adotando na ordem jurídica interna as regras estabelecidas no Código Mundial Antidopagem.

Adiado.

- 12. [Projeto de Resolução n.º 1485/XII, do PCP](#)**, Propõe o prolongamento do regime transitório para a conclusão da obtenção do grau de doutor e contratação efetiva com vínculo público dos docentes do ensino superior público.

Os Projetos de Resolução n.ºs 1485/XII, 1512/XII, 1521/XII e 1527/XII foram discutidos conjuntamente.

A informação correspondente e a gravação da discussão encontram-se disponíveis na página dos Projetos de Resolução.

- 13. [Projeto de Resolução 1512/XII do BE](#)**, Prorrogação do período transitório previsto no estatuto da carreira docente do ensino superior universitário e politécnico, garantindo condições para a conclusão dos doutoramentos e corrigindo injustiças.

Os Projetos de Resolução n.ºs 1485/XII, 1512/XII, 1521/XII e 1527/XII foram discutidos conjuntamente.

A informação correspondente e a gravação da discussão encontram-se disponíveis na página dos Projetos de Resolução.

- 14. [Projeto de Resolução 1521/XII do PS](#)**, Recomenda ao Governo a adoção de medidas que assegurem a equidade na aplicação dos regimes transitórios dos estatutos das carreiras docentes do ensino superior público.

Os Projetos de Resolução n.ºs 1485/XII, 1512/XII, 1521/XII e 1527/XII foram discutidos conjuntamente.

A informação correspondente e a gravação da discussão encontram-se disponíveis na página dos Projetos de Resolução.

- 15. [Projeto de Resolução 1527/XII do PSD e CDS-PPP](#)** Recomenda ao Governo a tomada de medidas relacionadas com a aplicação das disposições transitórias do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico

Os Projetos de Resolução n.ºs 1485/XII, 1512/XII, 1521/XII e 1527/XII foram discutidos conjuntamente.

A informação correspondente e a gravação da discussão encontram-se disponíveis na página dos Projetos de Resolução.

- 16. [Projeto de Resolução n.º 1497/XII, do PCP](#)**, Pela valorização do ensino profissional e garantia da igualdade de oportunidades a todos os estudantes.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) apresentou o Projeto de Resolução. Intervieram na discussão os Srs. Deputados Pedro Pimpão (PSD), Agostinho Santa (PS), Michael Seufert (CDS-PP) e novamente, para encerrar o debate, a Sra. Deputada Rita Rato (PCP).

A informação correspondente e a gravação da discussão encontram-se disponíveis na página do Projeto de Resolução.

- 17. [Projeto de Resolução n.º 1507/XII, do BE](#)**, Recusa a concessão das Pousadas da Juventude.

Os Projetos de Resolução n.ºs 1507/XII, 1509/XII e 1524/XII foram discutidos conjuntamente.

A informação correspondente e a gravação da discussão encontram-se disponíveis na página dos Projetos de Resolução.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

18. **Projeto de Resolução n.º 1524/XII, do PS** Recomenda ao Governo a suspensão dos processos de concessão das Pousadas da Juventude e a manutenção da atual Rede Nacional de Pousadas de Juventude

Os Projetos de Resolução n.ºs 1507/XII, 1509/XII e 1524/XII foram discutidos conjuntamente.

A informação correspondente e a gravação da discussão encontram-se disponíveis na página dos Projetos de Resolução.

19. **Projeto de Resolução n.º 1509/XII, do PCP**, Recomenda ao Governo que assegure a gestão pública das Pousadas da Juventude.

Os Projetos de Resolução n.ºs 1507/XII, 1509/XII e 1524/XII foram discutidos conjuntamente.

A informação correspondente e a gravação da discussão encontram-se disponíveis na página dos Projetos de Resolução.

20. **Projeto de Resolução n.º 1453/XII/4ª – PSD e CDS-PP**, Institui o Dia Nacional da Gastronomia.

Os Projetos de Resolução n.ºs 1453/XII e 1520/XII foram discutidos conjuntamente.

A informação correspondente e a gravação da discussão encontram-se disponíveis na página dos Projetos de Resolução

21. **Projeto de Resolução n.º 1520/XII/4ª do PS**, Instituição do Dia da Gastronomia Portuguesa

Os Projetos de Resolução n.ºs 1453/XII e 1520/XII foram discutidos conjuntamente.

A informação correspondente e a gravação da discussão encontram-se disponíveis na página dos Projetos de Resolução

22. **Projeto de Resolução n.º 1529/XII do PCP**, Propõe o financiamento às escolas do Ensino Artístico Especializado de música e de dança em condições que assegurem a sua estabilidade e um ensino de qualidade

A pedido do Grupo Parlamentar do PS, a apreciação deste ponto foi adiada.

23. Outros assuntos

24. Data da próxima reunião

23 de junho de 2015

A reunião foi encerrada às 19:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de junho de 2015

A VICE- PRESIDENTE

(Nilza de Sena)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Carlos Enes
Duarte Marques
Elza Pais
Inês de Medeiros
Isilda Aguincha
João Prata
Luís Fazenda
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria da Conceição Caldeira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Nilza de Sena
Odete João
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rita Rato
Rui Pedro Duarte
Agostinho Santa
Ana Sofia Bettencourt
Emília Santos
José Moura Soeiro
Maria Gabriela Canavilhas
Maurício Marques
Sandra Pontedeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia
Paulo Cavaleiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Amadeu Soares Albergaria